

## O AUTOCONHECIMENTO NA PSICOLOGIA EMPÍRICA DE KANT

CLÉLIA APARECIDA MARTINS

*Departamento de Administração e Supervisão Escolar  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
MARÍLIA, SP*

**Resumo:** O conceito de autoconhecimento, por estar estritamente referido ao sentido interno, na psicologia empírica de Kant apresenta uma complexidade que impõe pensá-lo além desta psicologia. Assim, este texto analisa os limites do autoconhecimento empírico decorrentes da insuficiência do sentido interno apontada através de sua temporalidade, por esta depender dos objetos espaciais. Mas, tanto como a relação entre sujeito e representações é sustentada por um fundamento transcendental, também os conceitos de espaço e tempo, compreendidos por Kant como conceitos puros da intuição, portanto, que estão em nós, possibilitam supor que a existência empírica – e tudo a ela correspondente – sofre uma determinação não externa. Com isso, indica-se que o autoconhecimento é conectado a um esquema que, por estar além do espaço e do tempo, possibilita pensar este autoconhecimento em relação ao uso regulativo da razão, pelo que se apreende a ligação entre a psicologia empírica e a psicologia racional na filosofia transcendental.

**Palavras-chave:** autoconhecimento; Kant; psicologia empírica; psicologia racional; filosofia transcendental; sentido interno.

**Abstract:** The self-knowledge concept, in being strictly linked to the internal sense in Kant's empirical psychology, presents a complexity that imposes thinking it beyond this psychology. Thus, this text analyses the limits of the empirical self-cognition decurrent from internal sense insufficiency pointed out through its temporality, once it depends on the permanence of spatial objects. However, as the relation between subject and representation is sustained by a transcendental ground, also space and time concepts, understood by Kant as pure concepts of intuition, that, therefore, are in us, make it possible to suppose that the empirical existence – and everything correspondig to it – undergoes a non-external determination. Thus, it is indicated that the empirical self-cognition is connected to a scheme that, in being beyond space and time makes it possible to think this self-knowledge in relation to the regulative use of reason, by wich it is understood the link between the empirical and reason psychologies in the transcendental philosophy.

A Psicologia de Immanuel Kant é dividida em racional e empírica. A psicologia empírica faz parte de um projeto que recebeu várias denominações: fisiologia racional imanente do sentido interno (A 845-846/B 873-874);<sup>1</sup> doutrina racional da alma e ciência metafísica particular do sentido interno.<sup>2</sup> Neste projeto, predomina a formulação de uma psicologia *a priori* fundada em princípios críticos em detrimento do criticismo da psicologia racional dogmática. Ambas áreas da Psicologia<sup>3</sup> são partes do programa de Kant sobre a metafísica da natureza, e isso exige que a psicologia empírica<sup>4</sup> e, por decorrência, o conceito de auto-

---

<sup>1</sup> As páginas da “Crítica da razão pura” (obra sempre referida com as primeiras letras do título em alemão, isto é, *KrV*) são citadas precedidas da letra A correspondendo à edição de 1781, e da letra B, referente à edição de 1787. Sempre que for transcrita uma numeração seguida destas letras, está se fazendo referência a esta obra.

As demais citações das obras de Kant têm como base a edição da Academia (*Kants gesammelte Schriften*, organizado pela Preussischen und Deutschen Akademie der Wissenschaften, Berlim, 1902 ss.). O volume da obra está em números romanos e as páginas são indicadas em números arábicos.

As reflexões de Kant sobre o sentido interno contidas em duas páginas manuscritas intituladas “Vom inneren Sinne” não constam na edição da Academia e foram citadas conforme a primeira publicação das mesmas em BRANDT, 1987.

No decorrer de muitas citações ou notas traduzidas, foram introduzidos colchetes com palavras ou frases seguidas das iniciais maiúsculas C.M., em referência à nossa autoria, com o objetivo de propiciar maior compreensão do texto, quando se julgou necessário. Todos os números de páginas seguidos da letra “n.” remetem o leitor à nota de rodapé do texto em referência.

<sup>2</sup> Estas denominações constam do prefácio dos “Princípios metafísicos da ciência da natureza” (IV).

<sup>3</sup> Além dessa divisão, vários outros âmbitos da Psicologia foram considerados por Kant, a saber: psicologia cognitiva (VII: 127-202, 220-229); doutrina geral do sentimento (VII: 230-239); psicologia da cultura (II: 207-228; VII: 230-250); psicologia da motivação (VII: 251-277, 291-294); doutrina dos temperamentos (VII: 285-291); psicologia do povo (II: 253-256; VII: 311-320); psicologia geral (VII: 202-220); psico-higiene (VII: 102-104, 113, 132-134); psicologia da educação (IX: 458-466, 478-493) e psicologia da religião (VI: 168-170).

<sup>4</sup> Embora Kant não tenha pretendido conceder a ela o *status* de uma ciência genuína (“Portanto, a psicologia empírica deve ser completamente banida da metafísica e já está completamente excluída dela pela idéia desta ciência [a metafísica, C.M.]” A 848/B 876).

conhecimento a ela correspondente, só possam ser compreendidos se se considerar as concepções kantianas acerca desta metafísica e da ciência da psicologia.

A Ciência propriamente é *a priori* e suas proposições são necessárias e universais; a psicologia empírica, ao contrário, é confinada a procedimentos *a posteriori*, com proposições contingentes e no máximo, verdades gerais. A metafísica da natureza aplica seus princípios – que são as categorias como são aplicadas aos objetos da experiência para significar uma esquematização temporal – às condições de dois domínios: ao domínio de todo objeto no tempo, isto é, ao sentido interno e àquele relativo a todo objeto no tempo e no espaço, ou seja, ao sentido externo. Quando os princípios são aplicados às condições do sentido interno, tem-se a ciência da psicologia ou doutrina da alma (*Seelenlehre*) e quando eles são aplicados às condições do sentido externo, desta aplicação resulta a ciência física ou doutrina do corpo (*Körperlehre*). Estas duas ciências são, respectivamente, a ciência metafísica particular do sentido interno e a ciência metafísica particular do sentido externo. Kant compreende estas ciências como aplicadas e metafísicas (VI: 470), denominando-as, na *KrV*, de fisiologia racional imanente do sentido interno e externo (A 846/B 874).

O autoconhecimento dos objetos do sentido é a Fisiologia que, ou é uma fisiologia do sentido externo (Física), ou do sentido interno (Psicologia).<sup>5</sup> A física empírica e a psicologia empírica não pertencem à Metafísica, porque esta “é uma ciência da razão pura”<sup>6</sup> que não obtém seus princípios na experiência:<sup>7</sup> “...os seres pensantes eu considero ou a partir dos conceitos, isso é a psicologia racional; ou por meio da experiência, que ocorre parcialmente em mim mesmo interna ou externamente, que eu percebo em outra natureza e conheço segundo a

---

Também à psicologia racional Kant não concede o *status* de ciência, pois a entende como um tecido aderido a uma intrincada ilusão da razão.

<sup>5</sup> XXVIII: 221-222 e XXIX: 100-101.

<sup>6</sup> XXVIII: 223 e XXIX: 11-12.

<sup>7</sup> A “psicologia empírica é o conhecimento de objetos do sentido interno tão logo ela os retira da experiência (...) A psicologia racional é o conhecimento dos objetos do sentido interno, tão logo ela os toma da razão pura” (XXVIII: 222-223).

analogia que eu faço deles comigo, isso é a psicologia empírica, onde considero a natureza pensante pela experiência” (XXVIII: 224).

Na psicologia empírica o autoconhecimento significa o conhecimento do “eu” como ele aparece no tempo, a forma do sentido interno. Mas este autoconhecimento também requer algum tipo de prova de que o “eu” empírico satisfaça as condições gerais do conhecimento e isto é o que Kant pensa quando, na *KrV*, argumenta que as condições *a priori* do conhecimento – o espaço e o tempo (e as decorrentes leis da matemática) e as categorias – precisam ser abrangidas por algum objeto do conhecimento, seja ele outro objeto, ou o “eu”.

Este texto tem como propósito mostrar que o autoconhecimento na psicologia empírica de Kant pode e deve ser analisado em relação ao uso regulativo da razão através do qual é possível delinear uma ligação entre psicologia racional e psicologia empírica. Para tanto, inicialmente é explicitado o limite básico do sentido interno devido a sua temporalidade e, por decorrência, a incapacidade da autoconsciência empírica produzir conhecimento sobre a alma, possibilitando com isso supor a existência de um “esquema” orientador do conhecimento. Posteriormente, procura-se caracterizar o “eu empírico” e sua correspondente existência e diferenciar a apercepção pura ou transcendental da apercepção empírica com o fim de explicitar a relação entre sentido interno e apercepção transcendental, considerando este sentido como aquele que possibilita o autoconhecimento relativo à existência empírica, apesar de estar sob a apercepção transcendental; com isso ficará demonstrado por um lado, a independência da apercepção transcendental de toda intuição sensível, e por outro, a sua ligação com o “eu empírico”. Por fim, em uma última parte trata-se do “eu da apreensão” como eu portador das produções cognitivas e do autoconhecimento que nele se processa mais como um conhecimento relativo à representação de como aparecemos a nós mesmos, isto é, diz respeito ao conhecimento de si próprio como fenomênico, que define o sujeito cognitivo e possibilita-lhe ter a representação do “eu lógico” enquanto consciência de uma espontaneidade, cuja unidade permite a atividade cognitiva e reforça a suposição da existência de um esquema orientador de toda exigência de conhecimento.

## I

Na concepção de Kant, a partir do autoconhecimento devem ser demonstradas tanto a real possibilidade do “eu” empírico, como a realidade objetiva dos seus conceitos (A 402). Como ambos são noções correlatas, a demonstração da possibilidade real dos objetos internos e externos pode ocorrer por meio da demonstração da realidade objetiva dos conceitos de “eu” empírico e de matéria respectivamente. A doutrina da alma e a do corpo representam, enquanto ciências *a priori* que operam inteiramente no nível conceitual, um esforço de Kant em efetuar tal demonstração. Cada uma dessas ciências realiza uma interpretação (metafísica ou matemática) de seus conceitos básicos. A interpretação metafísica, efetuada pela *Seelenlehre*, traz o conceito e seu objeto em conformidade com as condições *a priori* do entendimento; a interpretação matemática na pura intuição, efetuada pela *Körperlehre*, é suposta para assegurar a concordância com a sensibilidade. Juntas, estas ciências demonstram que o conceito e seu objeto encontram as condições *a priori* do conhecimento e, por isso, tais conceitos possuem realidade objetiva e seus objetos, possibilidade real. E porque a *Seelenlehre* e a *Körperlehre* chegam às definições destes conceitos básicos, os mesmos são sujeitos de uma interpretação metafísica que tem como propósito determinar como o “eu” empírico e a matéria precisam ser concebidos para existir, pois esta interpretação procura satisfazer a condição de qualidade, a de quantidade, a de relação e a condição modal do entendimento (IV: 474-476). A *Seelenlehre* precisa definir seu conceito de um objeto do sentido interno e a *Körperlehre* deve alcançar a definição do conceito de um objeto do sentido externo. A primeira deve demonstrar, na intuição pura interna ou temporal, a real possibilidade do “eu” empírico e à segunda cabe apresentar, na intuição pura externa (espacial e temporal), a real possibilidade do conceito de matéria (V: 470).

Apenas onde o sujeito define a sua existência empírica é ele um objeto do sentido interno: “A consciência própria está, pois, ainda bem longe de ser um conhecimento de si mesmo, não obstante todas as categorias que constituem o pensamento de um objeto em geral pela ligação do múltiplo numa apreensão” (B

158). Kant circunscreve o “objeto” do sentido interno de várias formas,<sup>8</sup> as quais indicam que o sujeito lógico do pensar é ligado a um corpo, e neste caso encontra-se o conceito de alma. Mas ele também concebe o sentido interno como portador da intuição dos estados da alma: o sentido interno “não nos dá, em verdade, nenhuma intuição da própria alma como um objeto; é todavia uma forma determinada, a única mediante a qual é possível a intuição do seu estado interno,...” (A 22-23/B 37). E ainda afirma uma ligação entre o objeto do sentido interno e seus estados: “a mim mesmo a meus estados” (A 38/B 55), “eu mesmo com todas as minhas representações” (A 368). Porém, a alma, ou o “eu”, ou ainda o “sujeito pensante” não representam o mesmo elemento que o corpo material do sentido externo,<sup>9</sup> pois enquanto o corpo está no espaço e no tempo, o eu, todavia, encontra-se apenas no tempo. O autoconhecimento empírico alcança apenas este “eu” que, embora seja distinto do corpo físico, a ele está ligado.

---

<sup>8</sup> As mais importantes, segundo o nosso entender, são:

– a alma (*die Seele*: A 341/B 399, A 345/B 403, A 361, A 385, B 415, B 427-428, A 683/B 711, A 846/B 874, XXI: 39, IV: 336-337 §49);

– o eu pensante (*das denkende Ich*: A 361, A 379); o eu (*das ich*: A 362) e o Eu (*das Ich*: A 379, XXVIII: 225);

– o estado interno (*innere Zustand*) do espírito (*Gemüt*) ou da alma (*Seele*): A 22-23/B 37, A 274/B 330; determinações internas (*innere Bestimmungen*: A 23/B 37; A 283/B 339); nossas representações (*unsere Vorstellungen*: A 274/B 330); pensamento, consciência, desejo (*Gedanken, Bewußtsein, Begierden*: A 357); pensamento, sentimento, inclinação, determinação (*Gedanken, Gefühl, Neigung, EntschlieÙung*: A 358); representações, vontade (*Vorstellungen, Wille*: A 358);

– o sujeito como fenômeno (*das Subjekt als Erscheinung*: B 68);

– o espírito (*das Gemüt*: B 67-68, B 69); nosso próprio espírito (*unser eigenes Gemüt*: A 278/B 334); nosso espírito (*unser Gemüt*: A 492/B 520).

Estas indicações são feitas com base em MOHR, 1991, p. 67-68.

<sup>9</sup> “Não se pode dizer que a alma e o corpo não são heterogêneos, porque eu não posso comparar por meio de um sentido, a saber, a alma não [pode ser comparada, C.M.] por meio do externo, o corpo não [pode ser comparado, C.M.] por meio do interno.” (Refl. 6005, XVIII: 421).

O sujeito cognitivo, por ter representações, portanto, por ligar sinteticamente, pelo sentido externo, o múltiplo no tempo, é um sujeito determinado empiricamente. Esta determinação empírica do sujeito é a experiência que ele tem da sua existência empírica no tempo e vice-versa: como ele é consciente de sua existência no tempo, ele precisa dar, por isso, uma permanência na intuição externa. Sem essa permanência não é possível a troca das representações: “Pois apenas no permanente são possíveis relações de tempo (porque a simultaneidade e a sucessão são as únicas relações no tempo); isto é, o permanente é o substrato da representação empírica do próprio tempo e só nesse substrato é possível toda a determinação do tempo.” (A 182-183/B 226). Tal permanência, entretanto, não pode ser encontrada no sentido interno: “O verdadeiro fundamento disso é que toda mudança pressupõe algo de permanente na intuição para poder ser mantida como mudança, e que no sentido interno não se encontra qualquer intuição permanente.”<sup>10</sup>

Com isso, evidencia-se que as relações temporais necessitam de um apoio que não encontram no sentido interno, mas em objetos permanentes; assim, a temporalidade do sentido interno supõe uma permanência não existente nos fenômenos percebidos por ele – “Portanto, a percepção desse permanente só é possível através de uma *coisa* exterior a mim e não pela simples *representação* de uma coisa exterior a mim.” (B 275). Esta permanência depende, por isso, do espaço e dos objetos no espaço, pois nós podemos perceber “toda determinação do tempo só por meio da mudança nas relações exteriores (o movimento) em relação à permanência no espaço” (B 277).

A forma pura do sentido interno requer a existência de objetos permanentes fora de nós; isto é, a temporalidade só pode se constituir mediante a consciência de uma realidade externa em que se dê a permanência que o tempo exige. E o “eu empírico” não possui nenhum predicado que, “como permanente”, possa servir ao sentido interno de correlato à determinação temporal (B 278). Tem-se então, no tempo o indicador da insuficiência do

---

<sup>10</sup> B 292, comparar com: B 291 e XVIII: 618.

sentido interno, pois, por meio deste sentido não se esclarece o fenômeno da determinação temporal.

Essa insuficiência do sentido interno fica evidente através de uma interrogação básica, a saber: como um autoconhecimento é possível, se a nós todas as representações devem ser dadas pelo sentido externo e conhecimento só existe então se tais representações são definidas categorialmente? – A aplicação das categorias sobre o objeto do sentido interno só é possível porque elas podem ser aplicadas sobre uma permanência no sentido externo. Assim, embora estes dois sentidos sejam independentes ontologicamente, nosso conhecimento do sentido interno permanece dependente do externo. Os objetos espaciais supõem uma permanência e esta é a condição da determinação do sentido interno em relação à nossa própria existência porque é a condição de toda determinação do tempo (B 276-277): “nós não teríamos sentido interno e não poderíamos determinar nossa existência no tempo se nós não tivéssemos sentido exterior (real) e a nós representássemos objetos no espaço enquanto [objetos que, C.M.] de nós se diferenciam”.<sup>11</sup> Sem a intuição do espaço não haveria tempo (B XXXIX n. e B 67) e sem tempo não haveria existência e autoconhecimento. O sentido interno está epistemologicamente subordinado ao externo, pois o conhecimento do sentido interno é dependente do sentido externo porque as condições *a priori* do conhecimento (os conceitos puros do entendimento e da matemática) podem ser aplicadas apenas se seus objetos e relações forem primeiramente representados em um meio espacial externo (B 293).

Precisamente deste ponto decorre a complexidade do autoconhecimento na psicologia empírica kantiana, porque daqui surge o questionamento sobre a possibilidade de existir o autoconhecimento empírico: se no sentido interno nada de permanente é dado (B 291), como é possível ocorrer o autoconhecimento nele, posto que para tanto são necessários juízos de conhecimento que sempre supõem a existência de uma permanência? Em outras palavras: o autoconhecimento empírico supõe determinações espaciais, todavia ele não

---

<sup>11</sup> “Loses Blatt Leningrad – ‘Vom inneren Sinn’”: p. 1; In: BRANDT, 1987, p. 19.

encontra juízos definidores da alma (*Seele*) como objeto espacial, pois a alma não tem lugar e nem tempo (XXIX: 879 e 909).

Ora, se a alma não é espacial e nem temporal, e se simultaneamente, ela é o objeto do sentido interno, então como pensar a existência empírica e o autoconhecimento empírico? Tais questões incidem sobre a forma do sentido interno. Para o sentido interno é o tempo a sua forma porque as categorias e, portanto, o “eu penso” surgem em cada relação de tempo definida. No ano de 1772, em uma carta a Herz (X: 129), Kant entende o tempo como forma direta do sentido interno. Enquanto tal forma, o tempo é também, indiretamente, forma de todos os fenômenos, posto todos serem representações subjetivas. Também na Reflexão 3957, Kant afirma: “A forma dos fenômenos repousa apenas sobre o espaço e o tempo, e estes conceitos não surgem por meio dos sentidos ou sensações, mas repousam sobre a natureza do espírito, segundo a qual as variadas sensações poderão ser representadas sob tais relações. Portanto, quando são colocadas à parte todas as sensações dos sentidos, o conceito de espaço e tempo é então um conceito puro da intuição e dado que nele se acha tudo o que o entendimento pode conhecer na experiência, ele é então um conceito do entendimento; e embora os fenômenos sejam empíricos, ele é todavia intelectual (...). Porque só se pode descrever a forma da experiência, assim ela pertence ao entendimento.”<sup>12</sup>

No sujeito, o múltiplo é dado sem espontaneidade (B 68), isto é, é dado na sua intuição sensível, o que significa que as representações são conteúdos do sentido interno. Portanto, estados ou representações do sentido interno só são possíveis se existe um sujeito que tenha tais estados e representações: é necessário, no nível do sentido interno, a recepção de um sujeito e é devido a ela, então, que se fala de todas as representações do sentido interno. Por conseguinte, no sentido interno é indicado o objeto (A 189-190/B 234-235) que precede as ações de determinação para o conhecimento dos objetos exteriores. Esse objeto pode ser entendido, segundo a primeira edição da *KrV*, como o objeto

---

<sup>12</sup> XVII: 365. Comparar com: Reflexão 3958, XVII: 367.

transcendental,<sup>13</sup> todavia, em sentido estrito ele é o sujeito pensante: “Eu, como ser pensante, sou para mim, como ser dos sentidos, um e mesmo sujeito; mas como objeto da intuição interna empírica, isto é, uma vez que serei afetado internamente pelas sensações no tempo tal como elas estão simultânea ou mutuamente, conheço-me, todavia, apenas como a mim próprio me pareço, não como coisa em si mesmo.” (VII: 142).

A aplicação das categorias sobre um múltiplo das representações supõe algo permanente, mas o conceito de alma (*Seele*) presente na Dedução A é o “eu permanente”, o correlato de todas as nossas representações (A 123) e nesse sentido possui apenas uma permanência lógica, uma permanência da apercepção pura, que não pode servir como base da aplicação das categorias, isto é, ao múltiplo da sensibilidade dada, portanto os objetos permanentes que servem ao múltiplo da sensibilidade só podem ser pensados como dados apenas com relação ao sentido externo, pois só este sentido diz respeito à forma dos corpos materiais. Assim, no sentido interno, ao contrário, o conceito de mim próprio como objeto não tem a forma material, não é permanente: é uma determinação não-externa, posto que tal autoconhecimento define-me como objeto espacial e temporal enquanto o tempo e o espaço estão em mim.<sup>14</sup> Aqui o autoconhecimento empírico fica exposto: os juízos de estados ou representações do sentido interno poderão indicar apenas um sujeito absoluto – este pode ser então o substituto encontrado por Kant para a permanência ausente do sentido

---

<sup>13</sup> Em A 494/B 522, Kant diz que a causa não sensível das “representações nos é totalmente desconhecida; não podemos, por conseguinte, intuir como objeto, pois tal objeto não poderia ser representado nem no espaço nem no tempo (como simples condições da representação sensível), condições sem as quais não poderíamos conceber qualquer intuição. Entretanto, podemos dar o nome de objeto transcendental à causa simplesmente inteligível dos fenômenos em geral, só para termos algo que corresponda à sensibilidade considerada como uma receptividade.” Comparar com: A 278/B 334; A 288/B 344; A 372, 393; A 537/B 565; A 538-539/B 567 e IV: 286.

<sup>14</sup> Um objeto se chama externo “quando ele se encontra representado no espaço, e um objeto interno, quando ele está representado simplesmente na relação de tempo; espaço e tempo, contudo, só podem se encontrar em nós.” (A 373).

interno; este sujeito absoluto atua como um “esquema” desse sentido. A coerência desta pressuposição consiste no fato de que, embora o sentido interno imponha certos limites a esse autoconhecimento, pois este será sempre referido ao que apreendemos de nós enquanto fenômenos e nunca corresponderá ao que de fato somos, este sentido pode ser interpretado também como um mediador<sup>15</sup> entre espontaneidade e sentido externo.

Enquanto o entendimento tem por função ligar por conceitos o múltiplo dos fenômenos e submetê-los às leis empíricas (A 664/B 692), à razão cabe tornar sistemática a unidade de todos os atos empíricos do entendimento e exatamente nesta sua função fica explícito seu uso regulativo, pois com isso ela dirige o entendimento a um certo fim conferindo maior extensão aos seus conceitos (A 644/B 672). Necessário neste sentido é apenas evitar o engano de se ter a idéia da razão como em si mesma dialética,<sup>16</sup> pois a extensão dos conceitos do conhecimento que ela, razão, nos dá, está limitada à experiência, e só contém os “princípios reguladores que, sem dúvida, prescrevem uma maior unidade do que a que pode alcançar o uso empírico do entendimento; mas, precisamente porque recuam para tão longe a meta de que este procura aproximar-se, levam ao mais alto grau, graças à unidade sistemática, o acordo desse uso empírico consigo mesmo.”<sup>17</sup>

Pode-se entender, assim, que esse uso hipotético da razão conduz à idéia de um sujeito absoluto. Neste caso, a alma nos é dada não como objeto na experiência, mas como uma substância simples, isto é, como objeto na idéia, como “esquema”. Esta idéia de um esquema é apontada na concepção de uso regulativo da razão no tópico ‘Do propósito final da dialética natural da razão

---

<sup>15</sup> RADEMAKER (1908, p. 28) fala sobre um “*Medium*” e KLEMME (1995, p. 235), sobre um “modelo de mediação” (“*Vermittlungsmodell*”).

<sup>16</sup> Pois a razão apenas em seu uso transcendental é dialética em si mesma. A 777/B 805.

<sup>17</sup> A 701-702/ B 729-730. Com os princípios regulativos procura-se também compreender o interesse especulativo da razão, conhecer o incondicional. Ver: A 666-667/B 694-695, A 686/B 714.

humana' do Apêndice à Dialética transcendental. Nesta parte da *KrV* Kant mostra que, tal como a ciência da natureza, a doutrina da alma e a psicologia empírica, para serem ciência, precisam de uma parte pura ou *a priori*, a qual está na incumbência da razão: “Há uma grande diferença entre o que é dado à minha razão como *objeto puro e simplesmente* e o que é dado somente como *objeto na idéia*. No primeiro caso, os meus conceitos têm por fim a determinação do objeto; no segundo, há na verdade só um esquema, ao qual se não atribui diretamente nenhum objeto, nem mesmo hipoteticamente, e que serve tão-só para nos permitir a representação de outros objetos, mediante a relação com essa idéia, na sua idéia sistemática, ou seja, indiretamente.” (A 670/B 699). Sob esta suposição do objeto na idéia “todas as regras do uso empírico da razão... levam à unidade sistemática”;<sup>18</sup> sendo este conceito de “unidade sistemática” utilizado com igual sentido do conceito de “unidade” do sujeito absoluto do conhecimento,<sup>19</sup> a unidade diretora do uso do entendimento.

Este esquema pode ser entendido também como aquela força básica unificadora do conhecimento expressa por Kant, ao final da *KrV*, quando precisa o uso regulador das idéias: “As forças fundamentais comparativas deverão, por sua vez, comparar-se entre si para que, descobrindo-se a sua concordância, se aproximem de uma força fundamental única e radical, ou seja, absoluta. Porém, esta unidade da razão é meramente hipotética. Não se afirma que se verifique na realidade, mas sim que se procure no interesse da razão, ou seja, para estabelecer certos princípios para as diversas regras que a experiência nos fornece e, sempre que possível, conferir desta maneira unidade sistemática ao conhecimento.” (A 649-650/B 677-678). Com isso, entretanto, a filosofia transcendental não dá

---

<sup>18</sup> A 671/B 699 – “e dilatam sempre o conhecimento da experiência, sem nunca lhe poder ser contrárias; proceder de acordo com essas idéias será, por conseguinte, uma *máxima* necessária da razão.” Ibid.

<sup>19</sup> “E esta é a dedução transcendental de todas as idéias da razão especulativa, não enquanto princípios *constitutivos* da ampliação do nosso conhecimento, mas enquanto princípios *reguladores* da unidade sistemática do múltiplo do conhecimento empírico em geral, que desse modo melhor se corrige e consolida nos seus limites próprios, do que sem essas idéias e pelo simples uso dos princípios do entendimento.” (A 671/B 699).

elementos para esclarecer aquela insuficiência do sentido interno, isto é, como o problema de dados de uma permanência nesse sentido pode ser concebido como suposição do uso das categorias, pois, segundo o ‘Terceiro Paralogismo’, nós somos conscientes da permanência lógica da representação “eu penso”, a qual precisa poder acompanhar todas as demais representações, apesar de não se tratar de um “fenômeno permanente” da alma (A 364) – daí ficar excluída uma fundamentação direta dos juízos epistêmicos sobre a alma como objeto empírico. Porém, com o pensar sobre o sujeito absoluto para a questão da permanência ausente daquele sentido, o autoconhecimento é compreendido como, de certa forma, um ato da determinação sintética deste sujeito. Com isso é plausível supor que existe algo de transcendental na capacidade de nos conhecermos. Esta suposição encontra seu fundamento na filosofia kantiana em dois momentos, a saber, primeiramente quando pensamos o autoconhecimento e o sentido interno em relação à existência e ainda quando se esclarece a relação entre apercepção transcendental e sentido interno.

## II

O conceito de autoconsciência na filosofia transcendental é, além do seu significado puro, também utilizado como um sinônimo de consciência empírica. “Simplesmente, sem qualquer representação empírica, que forneça matéria ao pensamento, não teria lugar o ato ‘eu penso’ e o elemento empírico é apenas a condição da aplicação ou do uso da faculdade intelectual pura.” (B 423 n.). Aqui, o ato “eu penso” só é realizável se algo for dado ao pensamento, pelo que já fica excluída a pura espontaneidade ou qualquer possibilidade de entendê-lo como um caráter empírico *na* estrutura transcendental da autoconsciência,<sup>20</sup> como faz Becker de forma equivocada ao referir-se à nota B 422-423 e à relação (*Verhältnis*)

---

<sup>20</sup> Na Reflexão 5653 Kant afirma: “... a consciência transcendental de nós mesmos, que acompanha a espontaneidade de todas as ações do nosso entendimento, mas a qual existe no simples eu sem a determinação de minha existência no tempo, certamente é direta...” (XVIII: 306).

entre sujeito e representações: “O fundamento para esta relação entre sujeito e representações constitui a estrutura transcendental da autoconsciência. Mas o caráter empírico deste princípio continua a existir nisso: que é incluído na fala ‘eu existo pensando’ em relação ao ser dado de fato das representações, as quais pertencem àquela dimensão. (...) O ‘eu penso’ será referido à determinação do ser dado de fato das representações simples, então estas também precisam não ser determináveis já em suas diferenças de outras representações; aqui será ainda abstraído da singularidade e determinabilidade das representações dadas. Elas precisarão poder ser consideradas só sob o aspecto de seus dados atuais e reais e em sua relação a um sujeito ao qual elas pertencem.” (1984, p. 242-243).

Não se trata de dois aspectos da autoconsciência, mas de âmbitos distintos da estrutura cognitiva humana. Para a apercepção originária não existe matéria (VII: 134) e, por isso, na simples autoconsciência em geral o sujeito não se pensa como um objeto do sentido interno. Já na autoconsciência empírica é necessário um material sensível ou empírico, pois ela se refere a uma intuição sensível – ela diz respeito à aplicação das funções lógicas do pensar sobre as formas desta intuição e nisto não só está suposto uma limitação da espontaneidade, como também que o “eu penso” é um princípio empírico (*empirischer Satz*) que abrange as ações originárias sintéticas pertencentes ao múltiplo. É uma autoconsciência pensável apenas com as representações espaciais e temporais (B 202); a sua dependência da existência da matéria (A 370) a distingue da apercepção transcendental.<sup>21</sup>

Exatamente com base nessa distinção Kant elabora a refutação ao idealismo. Com isso, ele se opõe ao idealismo de Berkeley, que reduz tudo a meras representações, e ao realismo transcendental ou idealismo empírico de Descartes, que defende a existência transcendental das coisas em si cognoscíveis intelectualmente a partir dos fenômenos sensíveis devido a uma inferência racional. A simples autoconsciência prova a existência dos objetos exteriores (A 370-371 e 373): eles são reais empiricamente porque são fenômenos possíveis de

---

<sup>21</sup> Refl. 6001, XVIII: 420-421.

serem percebidos diretamente, pois na autoconsciência existe uma consciência direta das representações exteriores: “A simples, porém empiricamente determinada, consciência de minha existência prova a existência dos objetos no espaço fora de mim” (B 275). A autoconsciência empírica ou a apercepção empírica, que se tem mediante o sentido interno é também a consciência de um objeto existente no espaço, pois não existe a possibilidade do sentido interno ser concebido como um campo de experiências diferentes das experiências correspondentes ao sentido externo em seu conteúdo empírico-material (B XXXIX, B XL-XLI). Os conceitos *a priori* do entendimento encontram seus exemplos primeiro no sentido externo e somente depois podem ser aplicados ao sentido interno, quando então seus objetos e relações se expressarão externamente (B 292, 293).

O dado só é representação fenomênica porque é também objeto da realidade empírica pertencente ao nosso sentido externo: ele, *Datum*, pode ser um objeto empírico exterior se se dá preeminência à sua espacialidade e também um objeto empírico interior se se acentua sua temporalidade (A 373). A existência desses objetos exteriores não está diretamente relacionada a um substrato transcendental, porque a partir deste não se produzem percepções exteriores que provam a realidade deles no espaço (A 377 e B 69). Portanto, estes objetos não são objetos transcendentais ou coisas em si, mas objetos empíricos que nos são dados no espaço – só o “*Komervium*” entre o corpo e a alma assegura a existência destes objetos. O ‘Quarto Paralogismo’, onde Kant procura provar essa existência, não trata do “eu penso” da apercepção transcendental, mas de um “eu empírico” que está em ligação com o múltiplo das representações e que é afetado por aqueles objetos. E a espontaneidade é limitada pela receptividade porque este eu empírico com suas representações subjetivas deve assegurar a existência da matéria, isto é, dos objetos localizados no espaço.

Não cabe, por conseguinte, associar autoconsciência originária ao princípio empírico “eu penso”,<sup>22</sup> pois se a unidade sintética das representações contém a aplicação das funções lógicas sobre o múltiplo, a autoconsciência referida à espontaneidade não corresponde a um sujeito ou “eu empírico”,<sup>23</sup> porque com ela Kant apenas analisa a estrutura da autoconsciência pura.<sup>24</sup> Entretanto, assim como não é possível uma identificação, não é possível pensá-los de forma isolada. A diferença entre apercepção empírica e apercepção pura (VII: 134 n.; B 132) pode ser compreendida como uma diferença de conteúdo, da qual nós, como seres sensíveis, podemos ter consciência, pois é uma diferença deduzida da base das condições sob as quais nós produzimos conhecimento.

A ligação entre sentido interno e apercepção transcendental é exposta com clareza no capítulo dos paralogismos, na segunda edição da *KrV*: “Porém a proposição ‘eu penso’, na medida em que significa ‘*eu existo pensando*’, não é mera função lógica, mas determina o sujeito (que é simultaneamente objeto) relativamente à existência e não poderia se realizar sem o sentido interno, cuja intuição nunca dá o objeto como coisa em si, mas simplesmente como fenômeno. Nessa proposição já há, pois, não só a espontaneidade do pensamento, e sim também a receptividade da intuição, isto é, o pensamento de

---

<sup>22</sup> “Como é possível que o sujeito seja consciente diretamente de seu eu como simples fenômeno e ainda simultaneamente como coisa em si mesmo? Aquele pela apercepção empírica, este pela pura.” XX: 340.

<sup>23</sup> Precisamente com base nisso é que se estabelece a diferença básica entre a Psicologia e a Lógica: “Em Psicologia nós estudamos a nós mesmos em nossas representações do sentido interno; mas na Lógica, segundo o que a consciência intelectual dá à mão. – Agora bem, aqui o eu nos parece ser duplo (o que seria contraditório): 1) o eu enquanto *sujeito* do pensar (na *Lógica*), que significa a pura apercepção (o mero eu que reflete) e do qual não há absolutamente nada mais que dizer, senão que é uma representação perfeitamente simples; 2) o eu enquanto *objeto* da percepção, portanto, do sentido interno, o qual contém uma multiplicidade de determinações que tornam possível uma *experiência* interna.” VII: 134 n.

<sup>24</sup> Esta estrutura Kant não a delimita apenas para nós, humanos, ao contrário, ele crê que ela também possa ser válida para seres que não têm intuição sensível. Ver: A 252, B 68, B 72, B 139, B 308-309.

mim próprio aplicado à intuição empírica do mesmo sujeito” (B 429-430). Se nós consideramos o “eu” como sujeito do pensamento ou como base do pensar, então estamos referindo-nos ao princípio “eu penso”. Este “eu”, como Kant mesmo diz, é uma “simples função lógica”, é um “eu analítico” que constitui “o primeiro conhecimento puro do entendimento, aquele que fundamenta todos os demais usos” (B 137). Mas se afirmamos “eu existo pensando”, então a definição do “eu” é referida ao sentido interno.

Apesar dos objetos correspondentes aos fenômenos serem espaciais e exteriores a nós, a condição formal do múltiplo no sentido interno (A 138/B 177) é constituída pelos esquemas mediadores entre o fenômeno e as categorias, isto é, pelos esquemas transcendentais do tempo, o qual está em nós. Por isso, Kant entende que o esquematismo é a “unidade de todo o múltiplo da intuição no sentido interno, e assim, indiretamente, sobre a unidade da apercepção como função que corresponde ao sentido interno (a uma receptividade).” (A 145/B 185). Portanto, quando se lê no §20 da ‘Dedução Transcendental’ que “Todas as intuições sensíveis estão sob as categorias” (B 143), é preciso considerar o significado dessa afirmação com base no que encontramos no §16, onde as intuições são apresentadas como “representações que podem ser dadas diante de todo pensar” (B 132). Logo, todas as representações estão sob as categorias, isto é, enquanto intuições estão subsumidas ou acompanhadas pelo puro “eu penso”. Nisso se explica a “necessária relação” que todo múltiplo da intuição tem com este puro “eu” (B 132) ou “apercepção transcendental”. Mas, se mediante o “eu” enquanto simples representação nada de múltiplo é dado,<sup>25</sup> somos, contudo, conscientes de um “eu idêntico” em relação ao múltiplo das representações que nos são dadas numa intuição, e isso nada mais significa senão que somos conscientes de uma síntese necessária destas representações, “a qual chama-se

---

<sup>25</sup> “Com efeito, mediante o *eu* como simples representação, nada de múltiplo é dado; só na intuição, que é distinta, pode um múltiplo ser dado e só pela ligação numa consciência é que pode ser pensado. Um entendimento no qual todo o múltiplo fosse dado ao mesmo tempo pela autoconsciência seria intuitivo; o nosso pode apenas pensar e necessita de procurar a intuição nos sentidos.” B 135.

unidade sintética originária da apercepção” e à qual se encontram submetidas todas as representações (B 135). Apenas de acordo com a unidade sintética da apercepção é que o entendimento opera sobre o múltiplo das representações dadas no sentido interno (B 150) e tem-se o conhecimento, isto é, tem-se a aplicação das categorias aos objetos dados, como fenômenos, na intuição. Porque esta necessária unidade não pode ser explicada como um resultado empírico da simples afinidade das representações, cabe deduzir que ela é produzida por um ato do espírito (*Gemüt*) que a institui de acordo com as regras categoriais, as quais possibilitam uma experiência em geral. A apercepção transcendental, expressa com o puro “eu penso”, é só a espontaneidade da razão pressuposta necessariamente em todo conhecimento, posto que o múltiplo dos fenômenos integrantes do conhecimento requer uma atividade unificadora por parte do sujeito. A apercepção transcendental é a espontaneidade que deve ser suposta neste ato unificador do espírito, pelo que se explica na filosofia transcendental, a unidade *a priori* com que se constitui todo objeto. Tal função unificante da apercepção transcendental está neste nível, a saber, transcendental, porque a necessidade e a universalidade do conhecimento objetivo alcançam uma fundamentação que transcende as contingências do mundo empírico-fenomênico; mas esta unificação requer também o múltiplo e suas leis para produzir o conhecimento, pois nossa percepção dos fenômenos é mediatizada pelo conhecimento dos objetos a eles correspondentes e existentes no espaço; conhecimento que ocorre em uma experiência constituída pelos conceitos puros do entendimento quando os mesmos obtêm realidade objetiva.

Nessa relação entre sentido interno e apercepção transcendental,<sup>26</sup> no que diz respeito à produção do conhecimento, existe uma concepção específica de existência do “eu empírico”.

---

<sup>26</sup> Kant consegue elaborar a distinção entre apercepção transcendental e sentido interno na *KrV*, antes dela, ambos são identificados (KLEMMER, 1995, p. 120-122): “A apercepção e a sua unidade sintética são, pois, tão pouco idênticas ao sentido interno, que as primeiras, enquanto fonte de toda ligação, se dirigem, com o nome de categorias, ao múltiplo das *intuições em geral* e aos objetos em geral, anteriormente a qualquer intuição

Na parte acima transcrita dos paralogismos da segunda edição da *KrV* (B 429-430), temos que a proposição “eu penso”, à medida que é “eu existo pensando” e que determina o sujeito com relação à sua existência, não pode ser uma proposição que se realiza *sem* o sentido interno (B 429-430); por isso ela foi definida, juntamente com o “eu existo pensando”, como uma “proposição empírica” (B 428). Agora não se trata mais do “eu penso” da apercepção transcendental. Este, segundo a ‘Dedução Transcendental’ (§17), é “inteiramente independente de todas as condições da intuição sensível...” (B 137), porém, esta independência não deixa a apercepção transcendental desconectada com o “eu empírico” e isto adquire sentido no campo da experiência onde seu correlato fenomênico é o espírito (*Gemüt*) que se expõe com o sentido interno e cujo significado existencial só está referido a este sentido, ou seja, não é concedido pela pura espontaneidade. Com isso, o papel do sentido interno em relação à existência do sujeito fica delimitado: ele não pode interferir no *status* da apercepção transcendental de princípio supremo de todo conhecimento,<sup>27</sup> mas ele a enriquece quando se trata de se obter um conhecimento da existência empírica do sujeito, pois com este conhecimento adquirimos o saber sobre nós como seres que têm um espírito e, por conseguinte, uma “faculdade para sentir e pensar” (VII: 161). Este conhecimento empírico de nós mesmos está sobre a intuição interna, a qual é acompanhada da consciência empírica, e liga esta consciência por meio de conceitos – apenas com isso o “eu” é capaz de obter autoconhecimento.

---

sensível; ao passo que o sentido interno, pelo contrário, contém a simples *forma* da intuição, mas sem a ligação do múltiplo nela inclusa, não contendo, portanto, nenhuma intuição *determinada*; esta só é possível pela consciência da determinação do seu sentido interno mediante o ato transcendental da imaginação (influência sintética do entendimento sobre o sentido interno)” B 154.

<sup>27</sup> Porque a apercepção transcendental é a faculdade radical de todo nosso conhecimento (A 114) e atua como o “supremo ponto” no qual todo uso do entendimento deve se apoiar (B 134n).

O espírito (*Gemüt*) apontado pelo sentido interno não pode ser identificado ou assumido pelo conceito puro de existência.<sup>28</sup> É necessário, entretanto, pensar um tipo de existência referido ao “eu penso” desempenhado pelo sentido interno, para que a compreensão do mesmo não fique frustrada. O conceito de existência adotado com relação a este “eu” do sentido interno ou mesmo ao espírito (*Gemüt*) indica alguma forma de realidade empírica, pois é uma existência apontada pela temporalidade dos fenômenos e mediatizada pela experiência dos objetos exteriores, isto é, pelos objetos expostos de imediato em nosso conhecimento empírico.<sup>29</sup> Esta caracterização é feita por Kant na *KrV*, logo no início da ‘Prova da Refutação do Idealismo’: “minha existência no tempo... só pode ser determinada... apenas por meio de uma coisa exterior a mim... Por conseguinte é a determinação da minha existência no tempo possível apenas através da existência das coisas reais que percebo fora de mim.” (B 275-276).

A tese que dá fundamento a essa existência é a mesma de que Kant se serve para refutar o idealismo: sem sentido externo e sem objetos no espaço, a existência do “eu” empírico sequer seria cogitada, porque não poderia ser determinada como existência no tempo, pois todas as bases de definição desta existência são as representações (B XXXIX). Com esta existência nós temos a determinação da autoconsciência empírica na apercepção empírica: “Precisa-se diferenciar a apercepção pura (transc.) da *aperceptio percipientis* empírica da *apperceptiva percepti*. A primeira diz simplesmente eu sou. A segunda: eu era, eu sou e eu serei, isto é, eu sou uma coisa do passado, do presente e do futuro, onde esta consciência está eu sou todas as coisas, determinação da minha existência como

---

<sup>28</sup> Pois então a totalidade e articulação do sistema dos conceitos puros se romperia e Kant concebe este sistema como um conjunto firmemente articulado. Ver: A 64-65/B 89-90.

<sup>29</sup> “a intuição empírica interna é sensível e só fornece dados do fenômeno, que nada oferecem ao objeto da *consciência pura* para o conhecimento da sua existência separada, mas apenas servem para a experiência.” (B 429-430).

grandeza geral.”<sup>30</sup> Sem a determinação do sentido interno a apercepção não pode ser representada temporalmente; contudo, disso não pode ser deduzido que a apercepção está sob a consciência de uma existência determinada pelo tempo, pois o entendimento puro *a priori* não se submete à sensibilidade. Esta existência temporal apenas determina o “eu” como ser do mundo (*Weltwesen*),<sup>31</sup> ser de um passado, um presente e um futuro; e a consciência que possuímos da existência temporal se refere tão somente à apercepção empírica: “A apercepção, a qual refere-se ao permanente das coisas no presente e futuro e faz determinável o eu empírico, paralelo e permanente como [eu, C.M.] presente, passado e futuro,... eu sou consciente de mim próprio como ser do mundo... Minha consciência-agora, com a qual ele [o eu, C.M.] sai ordenado do passado e do futuro, é possibilitada por meio da ordenação simultânea das coisas no princípio: todo ser do mundo. O ‘*situs corporis*’ cosmológico será adjudicado, assim parece, um ‘*situs temporis*’: só com isso *minha* existência é definida como um ser temporal e espacial do mundo no aqui e agora”.<sup>32</sup> O autoconhecimento relativo a esta existência é do âmbito do sentido interno porque se refere a um conhecimento de nós como *Phaenomenon*, embora, como conhecimento, precisa estar sob a apercepção transcendental.

A existência do “eu” pensada na pura autoconsciência não é nem um fenômeno nem uma simples aparência, mas se ela for definida como existência empírica, então trata-se do conhecimento do eu como um fenômeno. Do primeiro sentido de existência tratam os Paralogismos A, onde Kant pensa uma existência à qual não se pode atribuir nenhum lugar e nenhum tempo. Sobre a existência empírica, Kant pensa nos Paralogismos B e em passagens do “Opus Postumum”, referindo-se à existência determinada no espaço e no tempo: “...eu existo no espaço e no tempo, e determino minha existência no espaço e no

---

<sup>30</sup> “Loses Blatt Leningrad – ‘Vom inneren Sinn’”, p. 1. In: BRANDT, 1987, p. 19.

<sup>31</sup> “Eu sou. – É um mundo exterior a mim (*praeter me*) no espaço e no tempo e eu sou mesmo um ser do mundo: sou consciente de mim daquela relação, e das forças movidas pelas sensações (percepções). – Eu, o homem, sou um objeto exterior dos sentidos, uma parte do mundo.” (XXI: 63). Ver também: XVIII: 615, 619, 620.

<sup>32</sup> BRANDT, 1987, p. 16.

tempo decorrentes.”<sup>33</sup> Com este conceito de existência Kant pensa o autoconhecimento empírico: “O conhecimento de mim mesmo como ser determinado no tempo. Isto é, o conhecimento empírico.” (XXII: 85). Apenas a alteração no tempo (sucessão temporal) pode ser definidora propriamente do “eu” empírico, o qual é objeto capaz exclusivamente de mudanças temporais, pois seu estado muda apenas em relação ao tempo.<sup>34</sup>

### III

A consciência da apercepção empírica, também denominada por Kant de consciência do “eu da apreensão” (“*Ich der Apprehension*” - VII: 141-142) é a consciência que temos de nós mesmos como seres que têm representações, isto é, a consciência que temos de nossas faculdades cognitivas, sensibilidade e entendimento, de cuja conexão – e só através da conexão entre ambas –, são possíveis o conhecimento, a ligação (segundo regras) das representações dadas por meio de intuições sensíveis e o pensar através dos conceitos. Assim, este “eu

---

<sup>33</sup> XXII: 85. E ainda segundo a Reflexão 6313: “...minha existência no tempo, por conseguinte só em relação às minhas próprias representações, conquanto eu, por meio destas, determino a mim próprio. Isto é a consciência empírica de mim mesmo.” (XVIII: 615).

<sup>34</sup> Mas a alteração no tempo e no espaço pode ser entendida como definidora da matéria, porque o estado da matéria muda com relação ao tempo e ao espaço. Na “Metafísica dos Costumes” o conceito de matéria é definido como o conceito de um objeto capaz de movimento (IV: 476), e a *KrV* traz a justificativa desta definição: “Finalmente, que a estética transcendental não possa conter mais do que estes dois elementos, o espaço e o tempo, resulta claramente de todos os outros conceitos pertencentes à sensibilidade, mesmo o de movimento, que reúne ambos os elementos.” (A 41/B 58). Esta passagem não só diz que o movimento é um conceito em que espaço e tempo estão unidos, mas que ele é alteração (*Veränderung*) em ambos. E porque espaço e tempo constituem a forma do sentido externo, o conceito que é constituído com base nesta união precisa ser aplicável inequivocamente a todos os objetos exteriores, e esta é a razão pela qual o conceito de matéria pode ser definido como o conceito de um objeto capaz de movimento ou alteração.

da apreensão”, que corresponde à consciência da apreensão e não à da reflexão,<sup>35</sup> é pensado por Kant como o portador das produções cognitivas e das faculdades cognitivas. Enquanto tal este “eu” possui diferentes tipos de representações (VII: 134) adquiridas com base no sentido interno e que têm o tempo como forma, pois a consciência da apreensão é uma consciência que se modifica com a mudança das próprias representações – daí a apercepção empírica ser uma consciência de si próprio “sempre modificável”.<sup>36</sup> Esta consciência caracteriza o modo e a maneira pela qual temos representações e, por isso, por meio dela não nos conhecemos como somos, mas como nos representamos: devido a isso, o “eu da apreensão” não é também um “eu fixo e permanente” (A 123), pois o conhecimento, que se processa por meio da apercepção empírica não é o conhecimento do sujeito do conhecimento no sentido mais verdadeiro que Kant dá a este termo referindo-o ao “eu puro”.

A diferença entre apercepção empírica e apercepção pura não pode ser utilizada para se supor a existência de um “duplo eu” (“*doppelten Ich*” - VII: 134), mas apenas refere-se à consciência das duas faculdades de conhecimento (básicas, distintas e conectadas) do mesmo sujeito cognitivo.<sup>37</sup> Kant não só identifica esta diferença entre ambas apercepções como consciência da apreensão (referida à

---

<sup>35</sup> “Se nos representamos a ação íntima (espontaneidade) pela qual se torna possível um conceito (um pensamento), a reflexão e a receptividade (*Rezeptivität*), por meio da qual se torna possível uma percepção (*perceptio*), isto é, intuição empírica, a apreensão, ambos atos com consciência, a consciência de si mesmo (*apperceptio*) pode ser dividida na da reflexão e na da apreensão. A primeira é uma consciência do entendimento; a segunda, do sentido interno, aquela é apercepção pura, esta, a empírica...” (VII: 134 n.).

<sup>36</sup> O “*psychologische Ich*” é “um eu tão multicolor e diverso quando tenho representações das quais sou consciente de mim” B 134.

<sup>37</sup> “Eu, como ser pensante, estou realmente comigo, como ser dos sentidos, um e mesmo sujeito...” (VII: 141-142); e ainda: “O eu abrangente (a apreensão), que o homem tem em comum com os animais. E o eu pensante (a apercepção), que ele diferencia de todos os outros animais e faz a si mesmo por objeto de suas representações e é consciente da ligação de suas representações. – O último não se deixa esclarecer mais. Ele é a espontaneidade da faculdade de representação, de que nasce com aquela faculdade ligada de conhecimento.” (XV: 958).

apercepção empírica) e consciência da reflexão (referida à apercepção pura), mas também com isso define um modelo de autoconsciência: enquanto a apercepção pura é compreendida como a consciência de que somos seres atuantes e inteligentes e também como a suposição das determinações do sentido interno, a apercepção empírica é a consciência de um “eu empírico”, pois ela tem um papel perante o conhecimento de “meu eu (como objeto do sentido interno)” (II: 52; XX: 270). A primeira é uma apercepção do âmbito da espontaneidade, a segunda, do âmbito da sensibilidade e do sentido interno,<sup>38</sup> a qual corresponde um “eu” também denominado “eu psicológico” (*psychologische Ich*),<sup>39</sup> pois o “eu” da psicologia empírica e os conhecimentos desta devem estar sempre sobre a percepção interna (XX: 270).

O “eu psicológico” é a consciência empírica que pode acompanhar cada representação dada (XX: 270), ele é um correlato intencional do sujeito lógico,<sup>40</sup> o qual para nós é apenas uma representação de um “eu lógico” totalmente desconhecido por nós, pois a autoconsciência relativa a ele é incondicionada (A 401), e com a consciência empírica apenas estamos ligados a este “eu”, sem sermos capazes de irmos mais além desta ligação e compreender como é a sua constituição. Embora a referida representação seja a representação “eu sou” (e não a representação de como “eu em mim mesmo sou” ou de como “eu me apareço”), ela é indubitavelmente uma consciência, e nós só temos capacidade de afirmar que temos esta consciência e esta representação quando ambas dizem respeito a nós mesmos, pois nossa faculdade de compreensão não atinge a natureza ou gênese de outros seres. O sujeito que tem a representação do “eu lógico” é o sujeito cognitivo, o sujeito dos estados de representações

---

<sup>38</sup> Kant, ao considerar a apercepção empírica como sentido interno (A 107, VII: 142), segue a tradição da “Reflection” de Locke.

<sup>39</sup> “O eu no segundo significado..., o eu psicológico como consciência empírica”, com o qual “nós nos fazemos representáveis como nós nos aparecemos; porém, que o eu lógico, o sujeito realmente como é em si na pura consciência, não como receptividade, indica a pura espontaneidade, mas continua a ser também incapaz do conhecimento de sua natureza.” (XX: 270-271).

<sup>40</sup> STURMA, 1985, p. 87.

(*Vorstellungszustände*). Contudo, aquela representação não pode ser associada a um estado de representação porque ela é apenas a consciência de uma espontaneidade e não remete a nenhum tipo de intuição (B 428-429). Portanto, temos na autoconsciência a representação de nós como um “eu lógico” porque esta representação é um *pensar* e “não uma intuição” (B 157), um pensar que, paradoxalmente, não possibilita esta representação oferecer algo ao pensamento (B 430). Esta aparente contradição se justifica porque a unidade do nosso pensamento está ligada, sob determinadas condições, com a unidade absoluta do sujeito.<sup>41</sup> Uma destas condições é que tal ligação não seja extraída da experiência,<sup>42</sup> pois temos consciência do “eu” da apercepção transcendental, sem que esta consciência seja referida à experiência, mas tão somente à percepção;<sup>43</sup> outra condição é que não tenhamos aquela ligação como possibilidade objetiva do conhecimento dos objetos, isto é, do conhecimento deles como reais e não como fenômenos (A 354), pois a unidade absoluta não é conclusiva da unidade

---

<sup>41</sup> “A unidade transcendental da apercepção é aquela pela qual todo múltiplo dado numa intuição é reunido num conceito do objeto. Diz-se, por isso, que é objetiva e tem de ser distinguida da unidade subjetiva da consciência, que é uma determinação do sentido interno, pela qual é dado empiricamente o múltiplo da intuição para ser assim ligado. Depende das circunstâncias ou das condições empíricas em que eu possa tomar empiricamente consciência do múltiplo como simultâneo ou como sucessivo; daí que a unidade empírica da consciência, por meio da associação de representações diga respeito a um fenômeno e seja inteiramente contingente. Em contrapartida, a forma pura da intuição no tempo, simplesmente como intuição em geral que contém um múltiplo dado, está submetida à unidade original da consciência apenas através da relação necessária do múltiplo da intuição a um: eu penso, ou seja, pela síntese pura do entendimento, a qual serve *a priori* de fundamento à síntese empírica.” (B 139-140).

<sup>42</sup> “Ora é também impossível derivar da experiência esta unidade necessária do sujeito como a condição de possibilidade de todo o pensamento. A experiência, de fato, não dá a conhecer nenhuma necessidade, sem contar que o conhecimento da unidade absoluta ultrapassa largamente a sua esfera.” (A 353).

<sup>43</sup> Sobre a diferença entre juízos de percepção e juízos de experiência ver: “Prolegômenos” (§18-§20).

do pensamento porque surge apenas quando existe autoconsciência por parte do sujeito.<sup>44</sup>

Mas, em relação a isso, o autoconhecimento empírico que se realiza no sentido interno, e que é fenomênico (B 152-157) pode fazer supor que por se restringir ao mundo sensível, então a unidade do eu, que pressupõe o eu transcendental, não existe. Não obstante esta unidade ser a condição necessária da nossa própria existência, aqui temos uma incógnita aparente, porque o autoconhecimento fenomênico não destrói aquela unidade, pois ela está na base de todo conhecimento, conforme esclarece Kant no §25 da ‘Analítica Transcendental’, apesar de termos dela somente um conceito na pura consciência e nada conhecermos por meio disso.

O “eu” da apercepção transcendental não existe independente dos seus pensamentos, por isso, estes pensamentos são referidos sempre a um único e mesmo “eu” (B 132). A apercepção é uma consciência de um sujeito caracterizado somente através dos seus próprios pensamentos, daí ela ser um saber dos pensamentos definidos e pensados pelo sujeito. E porque a pura apercepção é esta consciência do “eu” enquanto sujeito idêntico em todos os pensamentos, Kant entende que ela possui uma “unidade” (A 107) que é o pressuposto da unidade analítica da apercepção<sup>45</sup> e fundamenta, conseqüentemente, a consciência empírica. Portanto, o sujeito consciente desta “unidade” é o sujeito empírico e não o sujeito lógico, – pois Kant nada diz sobre a consciência deste. Em outras palavras: a unidade da consciência é uma condição para que exista tanto a autoconsciência empírica como também o conhecimento empírico em geral. Apenas devido a esta unidade nos é possível pensar o múltiplo em uma

---

<sup>44</sup> “Efetivamente, embora o todo do pensamento possa ser dividido e repartido por muitos sujeitos, o *eu* subjetivo não pode, contudo, ser dividido e distribuído, porém, pressupomos este eu em todo o pensamento.” (A 354).

<sup>45</sup> “a unidade *analítica* da apercepção só é possível sob o pressuposto de qualquer unidade *sintética*.” (B 133). E ainda: “...assim, a unidade sintética da apercepção é o ponto mais alto a que se tem de elevar todo o uso do entendimento, toda a própria lógica e, de acordo com esta, a filosofia transcendental;...” (B 134 n.).

representação (A 353-354). Essa unidade, contudo, é subjetiva:<sup>46</sup> “o princípio formal da apercepção: eu penso” é também uma “simples condição subjetiva” (A 354) de um conhecimento geral. O “eu penso” só pode ocorrer se houver unidade absoluta do sujeito que pensa: a unidade do pensamento está ligada, sob determinadas condições, com a unidade absoluta do sujeito. Neste ponto, Kant entende que a psicologia racional erra ao considerar esta unidade absoluta como objetiva, interpretando a condição subjetiva do pensar humano como condição objetiva de todo ser pensante<sup>47</sup> (A 354 e §12, §15 e §16). E justamente essa unidade reforça a tese de que o conceito de alma ou de “eu pensante” está ligado a uma exigência de conhecimento que não pode ser resgatada por meio de uma análise da autoconsciência empírica. Por isso, é plausível defender a existência de um “esquema” que orienta esta exigência de conhecimento – esquema que não provém do sentido interno por ele não ser a base da produção de qualquer conhecimento e especialmente do autoconhecimento empírico, e sim um mediador.

Quando na *KrV* é afirmado que todo múltiplo da intuição tem uma necessária relação com o “eu penso” (B 132), de forma inversa pode-se entender também que neste momento é dito: o “eu penso puro” tem ligação com o múltiplo da intuição e, necessariamente, com o “eu” sensível. A autoconsciência empírica remete-nos ao conhecimento de nós como seres fenomenais e é apenas nesta condição, isto é, enquanto seres sensíveis, espaciais e temporais que sabemos de uma “pura” autoconsciência, uma autoconsciência sem tempo e sem espaço. E se a pura consciência está referida a um suposto ser noumenal e a consciência empírica, a um ser sensível, de ambas formas de consciência podemos discorrer porque são relativas à nossa condição, isto é, à condição

---

<sup>46</sup> Na *KrV* (§18, B 139-140), Kant sustentou a diferença entre unidade objetiva e subjetiva da consciência. Ele também pensou, no §19 da segunda edição da *KrV*, sobre a idéia de identificação da apercepção transcendental com a unidade categorial de juízos objetivos, identificação sobre a qual ele se referiu pela primeira vez em uma grande nota no prefácio dos “Princípios metafísicos da ciência da natureza” (IV: 475 n.).

<sup>47</sup> A 354 e §12, §15 e §16 da ‘Analítica Transcendental’.

humana (são provas do esforço de Kant em entender o que é o ser humano) e, portanto, não podem ser concebidas como consciências isoladas uma da outra, pois isto contradiz o propósito de Kant, isto é, mostrar que a *Seelenlehre* e a *Körperlehre* são ciências distintas que se referem a um único sujeito.

Como Wolff e Baumgarten, Kant dividiu a Psicologia em psicologia empírica e psicologia racional, mas foi além deles porque, ao pensar sobre o fundamento transcendental do autoconhecimento empírico, mostrou que ambas estão estritamente ligadas uma a outra.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLISON, H. E. The Non-Spatiality of Things in Themselves for Kant, *Journal of the History of Philosophy*, 14, p. 313-321, 1976.
- . *Kant's Transcendental Idealism. An Interpretation and Defence*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1983.
- AQUILA, R.E. *Representational Mind. A Study of Kant's Theory of Knowledge*. Bloomington/Indianápolis: Indiana University Press, 1983.
- BECKER, W. *Selbstbewußtsein und Erfahrung. Zu Kants transzendentaler Deduktion und ihrer argumentativen Rekonstruktion*. Freiburg/München: Karl Alber, 1984.
- BRANDT, R. Eine neu aufgefundene Reflexion Kants "Vom inneren Sinne" (Loses Blatt Leningrad 1). In: Brandt, Reinhard/Stark, Werner: *Neue Autographen und Dokumente zu Kants Leben, Schriften und Vorlesungen*. Hamburg: Meiner, 1987.
- KLEMME, H. *Kants Philosophie des Subjekts - Untersuchungen zum Verhältnis von Selbstbewußtsein und Selbsterkenntnis*. Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Grades eines Doktors der Philosophie, 1995.
- MOHR, G. *Das sinnliche Ich. Innerer Sinn und Bewußtsein bei Kant*. Würzburg: Königshausen und Neumann, 1991.
- PRAUSS, G. *Kant und das Problem der Dinge an sich*. Bonn: Bouvier, 1974.

- RADEMAKER, F. *Kants Lehre vom innern Sinn in der "Kritik der reinen Vernunft"*. Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der hohen philosophischen Fakultät der Universität Marburg, 1908.
- STRAWSON, P.F. Kant's Paralogisms: Self-Consciousness and the 'Outside Observer'. In: Cramer, Konrad [et all.] (org.) *Theorie der Subjektivität*. Frankfurt, Main: Suhrkamp, 1987.
- STURMA, D. *Kant über Selbstbewußtsein. Zum Zusammenhang von Erkenntniskritik und Theorie des Selbstbewußtseins*. Hildesheim/Zürich/New York: Georg Olms, 1985.
- VAIHINGER, H. *Kommentar zu Kants "Kritik der reinen Vernunft"*. Stuttgart/Berlin/Leipzig: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1892.
- WASHBURN, M. C. The Second Edition of the Critique: Towards an Understanding of Its Nature and Genesis, *Kant-Studien* 66, p. 277-290, 1975.
- . Did Kant Have a Theory of Self-Knowledge?, *Archiv für Geschichte der Philosophie* 58, p. 40-56, 1976.